

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

PDT nas eleições municipais

O desempenho do PDT nas eleições municipais de 2024 mantém sua relevância no cenário político brasileiro em diversas regiões do País. O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT, foto), vice-presidente nacional do PDT na Região Sul, avaliou, para a coluna **Repórter Brasília**, os resultados obtidos pelo partido no pleito municipal de outubro. “O PDT segurou o terceiro lugar na representação municipalista no Rio Grande do Sul, com 50 municípios, 50 prefeitos e 54 vices”, quantificou o parlamentar.



MÁRIO ASERÁ/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Alianças estratégicas

O PDT tem apostado em alianças estratégicas com outras siglas para fortalecer sua presença em disputas locais e construir bases para futuros pleitos, incluindo as eleições de 2026.

Eleições municipais

Na visão de Pompeo de Mattos, “a eleição de 2024, foi por campo, não é a direita, é o campo da direita que avançou, que é o PP. O PL cresceu, mas no campo da esquerda, quem resistiu foi o PDT do Rio Grande do Sul. Nos mantivemos, seguramos o terceiro lugar, só estamos atrás do PP e do MDB. Isso garante ao PDT a presidência da Famurs (Federação das Associações de Municípios do RS), que é importante. Seguramos uma base de quase 600 vereadores, e isso nos dá uma boa performance também” salientou o parlamentar.

Base forte

Para Pompeo de Mattos, “a conquista nas eleições municipais mostra que o PDT tem uma base forte, e precisamos fazer essa base funcionar para 2026, o que não aconteceu em 2024; a nossa base não funcionou em 2024”, disse. O parlamentar considera que o partido tem como meta voltar a eleger sete deputados federais na próxima eleição.

Crescimento do PSD

Questionado sobre o crescimento do PSD nas eleições municipais em todo o País, Pompeo de Mattos avalia que “o presidente do PSD, Gilberto Kassab, surfa na onda da direita, porque na eleição municipal ele é da direita, e no governo ele é da esquerda. Ele surfa, porque a maior estrutura fora do PT no governo é do Kassab”.

Puxadinho do PT

Pompeo de Mattos pontuou: “o PDT é acusado de ser ‘puxadinho do PT’, tem um ministro nos ministérios que é longe de ser de ponta. O PSD tem três pontas e surfa na direita, e consegue essa situação de camaleão”, comentou o parlamentar.

Enfrentamento Lula e Bolsonaro

Na avaliação de Pompeo de Mattos, “no segundo turno haverá o enfrentamento Lula e Bolsonaro, vai ser isso. E aí eu acho que, nem diria Lula e Bolsonaro, eu diria direita e esquerda, e quem vai levar vantagem nesse momento é a direita, onde estiver, porque o PT tem poucas prefeituras e porque a direita leva o centro junto”.

Barroso reage a pacote do Congresso contra Supremo

‘Não se mexe em instituições que estão funcionando’, afirmou ministro

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, disse nesta quinta-feira que “não se mexe em instituições que estão funcionando e cumprindo bem a sua missão por injunções dos interesses políticos circunstanciais e dos ciclos eleitorais”.

O pronunciamento, feito no início da sessão plenária, ocorreu um dia após a Câmara dos Deputados avançar em um pacote de medidas que restringem os poderes e ampliam o leque de possibilidades de impeachment de integrantes da corte.

Barroso disse que, como toda instituição humana, o Supremo é passível de erros e está sujeito a críticas e a medidas de aprimoramento, mas que não aspira a unanimidade porque ela não existe em uma sociedade plural.

“Frequentemente não conseguimos unanimidade nem internamente porque as pessoas têm pensamento diferentes. Pensamento único é coisa de ditaduras”, afirmou.

Ele acrescentou que as constituições existem “para que os valores permanentes não sejam afetados pelas paixões de cada momento” e que o tribunal segue firme na defesa da democracia, do pluralismo e da independência e harmonia entre os Poderes.

“Se o propósito de uma Constituição é assegurar o governo da maioria, o Estado de direito e os direitos fundamentais, e se o seu guardião é o Supremo, chega-se



JOSE CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/JC

Pronunciamento de Luís Roberto Barroso ocorreu no início da sessão

à reconfortante constatação de que o tribunal cumpriu o seu papel e serviu bem ao país nesses 36 anos de vigência da Carta de 1988”, afirmou.

O ministro Gilmar Mendes agradeceu pelo discurso de Barroso e disse que, “se a política voltou a respirar ares de normalidade, isto também se deve à atuação firme do STF”.

“E o tribunal não fez nada mais nada menos do que o seu dever de defender a democracia, o estado de direito e os direitos fundamentais”, declarou.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou na quarta dois projetos de lei e duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) com o STF no alvo, em uma ação orquestrada pelos parlamentares bolsonaristas, mas que contou com apoio dos demais partidos de centro-direita e de direita.

As propostas visam limitar o

poder dos magistrados de tomarem decisões monocráticas e dá ao Congresso a prerrogativa de revogar entendimentos da corte, além de ampliar as possibilidades de impeachment de ministros, como opinar sobre temas ainda passíveis de julgamento ou “usurpar” funções que seriam do Legislativo.

Há hoje uma enorme insatisfação no Congresso com a atuação do STF. Entre outros pontos, reclama-se de uma constante interferência em atividades que seriam atribuição exclusiva do Legislativo. O impeachment de ministros do STF hoje é uma das principais bandeiras do bolsonarismo.

Os magistrados dizem, em conversas reservadas, que a PEC que restringe as decisões monocráticas, por exemplo, viola a Constituição por limitar o acesso dos cidadãos à Justiça, uma vez que muitos pleitos judiciais são atendidos via decisões individuais.

STF inicia julgamento sobre IR em recebidos no exterior

O Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar nesta sexta-feira, se é válida a incidência da alíquota de 25% do Imposto de Renda (IR) retido exclusivamente na fonte sobre as pensões e os proventos de fontes situadas no Brasil e recebidos por pessoas físicas residentes no exterior. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, a Receita estima um impacto de R\$ 6 bilhões em caso de derrota.

O tema tem repercussão geral, ou seja, o resultado servirá de norte para o julgamento das demais

ações que discutem o assunto em todo o País.

No caso concreto, a União recorre de decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), no Rio Grande do Sul, que julgou inconstitucional a alíquota de 25% do IR sobre a aposentadoria no regime brasileiro paga a uma pessoa que mora fora do País. O Tribunal determinou a aplicação da tabela de alíquotas progressivas prevista na Lei 11.482/2007.

A União argumentou que esse entendimento ofende o princípio da isonomia tributária e que

o tratamento diferenciado para os residentes no exterior se justifica porque eles não são obrigados a apresentar a declaração de imposto de renda à Receita brasileira.

“Também justifica a adoção de alíquota diferenciada o fato da Fazenda Nacional não dispor dos mesmos instrumentos e garantias para fazer valer o seu direito e exigir a satisfação do crédito tributário a que faz jus”, sustenta a União.

O relator do processo é o ministro Dias Toffoli. Se não houver pedido de vista ou destaque, o julgamento vai até a próxima sexta-feira.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323